Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A construção da relação Museu-Escola no Rio de Janeiro entre 1832 e o final dos anos de 1927. Análise das formas de colaboração entre o Museu Nacional e as instituições da educação formal.

Luciana Sepúlveda Koptcke[1]
Maria Margareth Lopes[2]
Marcelle Pereira[3]

Resumo: O presente trabalho investiga as atividades de colaboração entre o Museu Nacional e as instituições de educação formal no período que vai de 1832, quando ainda não caracteriza uma ação sistemática, ao final da década de 1927.

Abstract: This paper investigates the partnership developed between educational institutions and the Natural History Museum of Rio de Janeiro, from 1832 to 1927.

1 – O interesse pela relação Museu e educação formal

No âmbito deste texto, pretende-se apresentar uma primeira discussão sobre as modalidades da relação observada entre o Museu Nacional do Rio de Janeiro e as instituições de ensino formal, de variados níveis, no período entre 1832 e 1970. Propõe-se tomar como objeto inicial de análise, documentos levantados durante a pesquisa de fontes de estudo sobre a relação dos museus com seus públicos (Pereira, Köptcke, 2006) trazendo-os como elementos de enriquecimento para o debate em curso (Lopes, 1997, 2005) sobre o sentido e as modalidades da relação entre instituições educacionais e museus. As fontes estudadas fazem parte do acervo do Arquivo do Museu Nacional, localizadas, na primeira etapa da pesquisa, no fichário de correspondências que reúne regulamentos, regimentos, atos associados, relatórios, prestação de contas, bem como os Livros de visitantes. Estes documentos registram as atividades cotidianas do museu informando sobre as condições de acesso às dependências e coleções, às intenções e às práticas de acolhimento dos visitantes escolares tais como palestras abertas aos públicos, visitas guiadas, aulas ministradas nas dependências do museu, empréstimo de espécimes ou serviços oferecidos aos docentes e discentes de diversos horizontes, promoção de cursos públicos e restritos de formação, em parceria com instituições

[1] Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Doutora.
[2] Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, professora Associada
[3] Programa Observatório de Museus e centros Culturais, historiadora.

da educação formal. Pretende-se identificar os processos que orientam as iniciativas de colaboração, caracterizar as formas de relação construídas e analisar os sentidos que esta toma para profissionais dos museus e aqueles das instituições de ensino formal, no âmbito das práticas correntes de educação, socialização e produção de conhecimento, em cada período. No Brasil, de modo semelhante à Europa e aos Estados Unidos, a partir do século XIX, a escola elementar e o museu constituem tecnologias de transformação social na cruzada pela formação do cidadão republicano. Os processos pedagógicos são regulamentados na sociedade por diversas instituições. Família, escola, igreja e museu representam instâncias tradicionais de transmissão de conhecimentos, valores, práticas sociais e culturais consideradas como patrimônio do grupo.

2 – *O Museu nacional e seus públicos*

Pode-se considerar que a história dos museus no Brasil tenha como um de seus marcos as seguintes palavras:

> *Querendo propagar os Conhecimentos e estudos das Ciências Naturais no Reino do Brasil, que encerra em si milhares de objectos dignos de Observação e exame que podem ser empregados em benefício do Comercio, da Industria, e das Artes, que muito desejo favorecer como grandes Mananciais da Riqueza, Hei por bem, que nesta Corte, se estabeleça um Museu Real para onde passem quanto antes, os Instrumentos, Máquinas, e Gabinetes que já existem dispersos por outros lugares, ficando tudo a cargo das pessoas que Eu para o futuro nomear* (...). (Decreto da criação do Museu Nacional, 6/6/1818, Arquivo do Museu Nacional).

No ato de criação de um Museu no Reino do Brasil, Dom João VI explicita os objetivos de propagação do conhecimento e incentivo ao estudo no campo das ciências naturais. O objetivo de identificar, classificar e contribuir para o desenvolvimento da indústria, das artes e do comércio deixa claro que, num primeiro momento, o público alvo da instituição foram os pesquisadores, viajantes e estudiosos. Também aponta a necessidade de reunir acervos dispersos, como máquinas, instrumentos e gabinetes, entre outros. Em sua finalidade explícita de desenvolvimento das ciências naturais, o Museu brasileiro se inicia a partir de coleções heteróclitas próximas aos gabinetes de curiosidades, onde observamos uma função implícita relacionada à materialização de um patrimônio coletivo a ser posto a serviço da formação intelectual bem como da valorização das elites locais que poderiam contribuir para sustentar a implantação da Corte no Brasil.

As visitas ao Museu Real, entre 1818 e 1821, eram privilégio de "curiosos", estudiosos e autoridades. Algumas salas, no pavimento térreo, expunham máquinas que

pertenciam a Inácio Álvares Pinto de Almeida que veio a fundar, pouco tempo depois, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional . A primeira exposição pública do Museu será aberta no decorrer de 1821. Diz a Portaria de 24 de outubro daquele ano, franqueando visita pública às quintas-feiras:

> *Manda Sua Alteza Real, o Príncipe Regente, pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino participar ao Conselheiro Diretor Geral dos Estabelecimentos Literários e Científicos do Reino que haja por bem, aprovando o expediente que expôs no seu Oficio de 16 do corrente que faculta a visita do Museu na quinta-feira de cada semana desde as dez horas da manhã até a uma da tarde não sendo dia santo, a todas as pessoas assim Estrangeiras como Nacionais que se fizerem Dignas disso pelos seus conhecimentos e qualidades e que para conservar-se nessas ocasiões a boa ordem e evitar-se qualquer tumulto, Tem o mesmo Senhor ordenado que a Repartição da Guerra que no referido Dia se mandem alguns soldados da Guarda Real da Polícia para fazer manter ali o sossego que seja conveniente.*

O mesmo documento que oficializa a abertura do Museu à visita pública regulamenta o uso do seu espaço. Ele define quem é o visitante *digno* de entrar, "*pelos seus conhecimentos e qualidades"*, sugerindo ser aquele um espaço para os já educados, espaço de sociabilidade e desenvolvimento para os portadores *da chave* do conhecimento. Indica igualmente a necessidade de ali manter a calma, o ambiente de estudo e a contemplação respeitosa. Os estudiosos e viajantes terão acesso garantido, toda vez que solicitado, além das quintas–feiras. Note-se que o espaço aberto ao público não incluía o conjunto do acervo, apenas quatro salas podiam ser visitadas (Silva Maia, 1852), porém, segundo solicitação por escrito, era possível aceder a outros espaços do Museu. Este público seleto incluía professores (lentes) responsáveis por disciplinas científicas de instituições de ensino superior, membros de sociedades científicas e estrangeiros, naturalistas ou diplomatas em visita ao Brasil. Como os naturalisats do Museu eram também professores dos curos superiores são inúmeros os indícios da colaboração entre o Museu e instituições de ensino e pesquisa da época. O uso das dependências do Museu pela Academia Militar, com a oferta de materiais para "a realização das demonstrações necessárias nas aulas de História natural e de Zoologia da dita Academia, um dia na semana" (Arquivo do MN, Ofício de 28/03/1822), sugere ser o estudo para a formação um uso digno de importância e reconhecimento no período. As práticas demonstrativas das aulas, então em voga, encontram nos laboratórios ou nas coleções de estudo museais o cenário ideal. No campo das ciências naturais e do homem, o museu estimula novas práticas de pesquisa e visa ampliar o entendimento e a adesão aos valores da racionalidade científica e ao uso de novas tecnologias junto ao público leigo. Neste sentido, ele busca ampliar o acesso a escolares, operários, agricultores, enfim, ao povo do Império e

ganha destaque o uso controlado pela ação pedagógica que caracteriza o *público cativo* em visita escolar.

3- Educação e museu: projeto disciplinar ou libertador?

No Brasil, de modo semelhante à Europa e aos EUA a partir do século XIX, a escola elementar como os museus constituíram, na primeira metade do XX, tecnologias de transformação social na cruzada pela formação do cidadão republicano. Seria injusto perceber neste movimento apenas uma intenção manipuladora dos espíritos, onde a educação universal serviria ao projeto de modernização do sistema produtivo. Na verdade, a urgência em estender a educação de forma obrigatória a todas as camadas sociais era defendida por diferentes setores da sociedade. Para os republicanos, o projeto contribuiria à preparação para a participação política, pois a educação das novas gerações do povo poderia assegurar o repúdio a qualquer forma de tirania que ameaçasse a democracia republicana.

Os processos pedagógicos são regulamentados na sociedade por diversas instituições. A família, a escola, a Igreja e o museu representam instâncias tradicionais de transmissão de conhecimentos, valores, práticas sociais e culturais consideradas como a herança de um grupo. Esta bagagem compartilhada integra o indivíduo ao grupo, pois educação é também socialização. A escola, enquanto objeto de estudo da sociologia, é vista por alguns como espaço de reprodução das desigualdades sociais (crítica radical dos anos 70, Bourdieu, P., Passeron, Establet, entre outros); por outros, como espaço potencialmente libertador (Pedagogia do Oprimido, Paulo Freire) e ainda por outros como um espaço de interação entre atores hierarquizados e /ou entre pares (Becker, Goffman, Woods, etc). Enquanto instituição moderna paradigmática dos valores universais de democracia, a escola obrigatória deve ser analisada como arena onde, cotidianamente, forças e conflitos em situação demarcam novos processos e possibilidades de autonomia ou de reprodução (por exemplo, Lahire, 1997).

Da mesma forma, o acesso ao museu pode representar um movimento tanto de inclusão quanto de segregação social. O projeto de intervenção pedagógica, em colaboração com a educação formal para acolher escolares nos museus, remonta a quase 150 anos, visando à democratização destes espaços e o apoio à qualidade do ensino das ciências e das artes. A mesma sociologia crítica que revelou a reprodução da hierarquia social operada pela escola francesa nos anos 60, ao estudar os museus de arte europeus (Bourdieu, P., Darbel, A, 1969)

explicitará a estreita relação entre capital cultural escolar e propensão à visita, assim como ao uso "*digno*" do museu. Esses autores mostraram que a morfologia e a organização dos museus detêm um *currículo oculto*[i] com a função de reforçar em alguns visitantes o sentimento de pertencimento e, em outros, o sentimento de exclusão. O uso esperado da instituição consiste no reconhecimento e na apreciação dos objetos e conhecimentos legitimados ao mesmo tempo pela cultura escolar e pelo museu. Todavia, a intensificação das visitas escolares, como estratégia possível para quebrar o ciclo do determinismo sociocultural, não foi suficiente para desenvolver as disposições e as competências desejáveis para a formação de futuras gerações de visitantes. Nos países da antiga *cortina de ferro*, como a Polônia, a prática da condução em massa aos museus não conseguiu popularizar e diversificar o uso da instituição (Bourdieu, P., Darbel, A, 1969).

A *visita cativa* realizada em grupo escolar costuma propor esforços para mediar o encontro entre os diferentes públicos e a cultura representada no museu. Até que ponto tais intervenções ou mediações consideram os saberes, expectativas e valores dos visitantes? Como na escola, a intervenção pedagógica no museu pode ser *libertadora*, construindo uma reflexão crítica e favorecendo a atribuição de significado à experiência pelo visitante, enquanto sujeito, ou pode derivar de imposições percebidas como arbitrárias e simbolicamente violentas. Partindo destas considerações, é legítimo sugerir que algumas vezes a intervenção pedagógica operada nos museus obtenha efeito disciplinar e não efetivamente educativo (no sentido de libertador, crítico, participativo). Registramos, a seguir, alguns episódios da relação, mais ou menos organizada, entre a educação formal e o Museu Nacional de História Natural do Rio de Janeiro, que deverão, no futuro desenrolar desta pesquisa, suscitar estudos mais aprofundados.

No Brasil, em 1832, ainda sem caracterizar uma ação sistemática, encontramos diversos vestígios de uma possível colaboração entre o Museu Imperial Nacional e a Instrução elementar (Lopes, 1997), como no documento em que a Regência, em nome do Imperador,

> *Manda submeter o Oficio incluso da Sociedade de Instrução Elementar, em que pede se lhe facultem duas salas, que existem no pavimento baixo do edifício do Museu Nacional, a fim de estabelecer uma Escola (...) para fazer o ensaio de um sistema que tem adaptado com vistas de melhorar entre nós a Instrução Primária (...).*

Em 1839, por exemplo são registrados empréstimos ao Colégio Pedro II. Em 1897, um Ofício de oito de maio registra uma turma em passeio pedagógico ao Museu Nacional.

Na medida em que a escola primária passa a incorporar as práticas demonstrativas já em voga no ensino secundário e superior, compartilhará com o museu formas de acesso ao conhecimento (a observação, a classificação, as experiências e análises de laboratório). Além de funcionar como laboratório ou biblioteca de objetos apoiando as práticas pedagógicas escolares, os museus oferecem, através das exposições regionais e nacionais que organizam, a oportunidade de celebração da riqueza da então jovem República Brasileira e a crença em seu desenvolvimento.

Após a implantação na Quinta da Boa Vista, o Museu Nacional cuida de identificar, nas páginas de registro de seu Livro de Visitantes, em 1893, a presença das crianças. No regulamento de 1911, discutido em Lopes (1997) observa-se a preocupação do Museu Nacional com o visitante nas recomendações relativas às informações para o público – especialmente para com o público infantil. O novo regulamento, que será profusamente criticado, coloca entre as finalidades do Museu

"estudar e divulgar a História Natural, especialmente a do Brasil, cujos produtos deverá coligir, classificando-os cientificamente, conservando-os e expondo-os ao público com as necessárias indicações".

Seu art. 59 salienta, ainda, o peso da atividade educativa, propondo

"a criação de um museu escolar de história natural em uma das dependências do museu, destinado ao ensino intuitivo, especialmente para crianças". (decreto de 15/12/1911, AMN).

A relação entre o museu e a educação formal é valorizada, na qual o projeto de criação de um museu escolar revela a percepção de uma relação de complementaridade ao ensino. A natureza da educação museal é próxima às vanguardas pedagógicas da época e aponta a necessidade de se adaptar um espaço particular para receber as crianças. A implantação de museus escolares constitui prática corrente na Europa. Na França, por exemplo, em 1893, Jules Ferry classificou o museu escolar – assim como as saídas a campo, as "lições de coisas" e os trabalhos manuais - como "acessórios ou complementos" do ensino fundamental formal que fariam da escola pública a escola verdadeiramente liberal. Os museus escolares eram desenvolvidos pelos professores e seus alunos, com a ajuda dos museus

regionais ou centrais. Na medida em que é um museu escolar, a escola se torna a mediadora que aproxima o aluno dos museus e de suas práticas de produção de conhecimento.

O interesse e o investimento na dimensão educativa do Museu naquele início de século, apesar das críticas de seus pesquisadores (Lopes, 1997), se justificam como decorrência do conceito de museu-escola, disseminado pelo movimento a favor da vulgarização do ensino de história natural no hemisfério norte, determinando mudanças na função educativa do Museu.

Dezesseis anos passados, em 1927, sob a direção de Roquete Pinto, o edifício do Museu passou por mais uma reforma e a preocupação educacional e com a divulgação científica um de seus períodos áureos. Foi instalada uma sala de conferências, considerada uma das mais bem aparelhadas para o ensino da história natural utilizada principalmente pelas escolas. Foi remodelado o Horto Botânico e renovados os antigos laboratórios de Mineralogia que passam a integrar a seção de ensino. Em 15 de outubro de 1927, a seção de assistência ao ensino da história natural deu enorme impulso às atividades ligadas a esse setor dentro do Museu. Em 1932, 30 colégios e escolas públicas, totalizando 2.282 alunos, freqüentaram a sala de conferências do Museu. Eram exibidos filmes e diapositivos. A organização do acolhimento ao público escolar acontece no bojo do Movimento da Escola Nova[ii].

Podem-se considerar os Cursos Públicos como outra forma de abrir o museu, de forma organizada, para novos visitantes, estabelecendo uma via disciplinada de uso. Antes mesmo de proclamada a República, em 1856, encontramos o registro de conferências públicas sobre medicina legal no Museu, feitas pelo professor de química da Princesa Isabel, assim como outras sobre vários outros temas – zoologia, física e botânica - , realizadas pelos técnicos do Museu. No entanto, pouco se conhece sobre as condições de divulgação, da periodicidade, ou do perfil do público alvo destes eventos. Dezenove anos passados, em 1875, foi criado o programa de Cursos Públicos, cujos resumos eram publicados em jornal de ampla circulação. No ano seguinte, o decreto de 9/2/1876 que dá novo regulamento ao museu, preocupa-se em apoiar o ensino e organizar os Cursos Públicos. Eram propostos cursos públicos gratuitos de primeiro de março a 31 de outubro, uma lição por semana para cada disciplina. Em 1877 os cursos são aprovados, mas as palestras ganham maior intervalo entre si – mais de uma semana. Eram ilustradas com espécimes, projeção, preparações ao vivo.

Todavia, aos poucos, os palestrantes vão abandonando o curso por falta de tempo (a pesquisa exigia muito...).

Os esforços desenvolvidos pelos museus para acolher as crianças em situação escolar bem como os cidadãos que não teriam beneficiado de longa instrução pretendem aproximar do museu estes grupos que, a princípio, precisariam de mediação, de um guia, de uma preparação especial para poder compreender e aproveitar a contento a visita. A criança e a classe popular são, muitas vezes, percebidas sob uma ótica de minoridade intelectual que se caracteriza pela menos valia do seu capital simbólico.

Entre as exposições permanentes em armários-vitrinas, as grandes exposições, os cursos públicos e os museus escolares, mostram-se diferentes formas de acolhimento aos visitantes escolares, no âmbito do projeto de educação da sociedade e da divulgação dos conhecimentos científicos.

Referências bibliográficas

BOUDIEU, Pierre; DARBEL, Alain; SCHNAPPER, Dominique. *L´Amour de l'art, les musées d´art européens et leur public*. Paris: Minuit, 1969.

JÜRGEN, Paul, *Relatório de Atividades, Projeto da Nova Exposição do Museu Nacional*, UFRJ, Montagem do Escritório Técnico-científico, CNPq, Museu Nacional , set. 2002.

KOPTCKE, Luciana Sepúlveda; PEREIRA, Marcele; O estudo da produção de dados estatísticos oficiais sobre hábitos culturais e práticas de lazer no Brasil, (pôster apresentado na III Bienal de Pesquisa da Fiocruz), nov. 2002.

LAHIRE, Bernard, Sucesso Escolar nos meios populares: as razões do Improvável, São Paulo, Ed. Ática, 1997.

LOPES, Maria Margaret, *O Brasil descobre a pesquisa Científica*, São Paulo: Hucitec, 1997.

POULOT, Dominique, L´ Invention de la bonne volonté culturelle: l´ image du musée au XIX siècle. Le Mouvement Social, nº. 131, avril- juin, Éditions Ouvrières, p. 35-64, s/l1985.

[i] O currículo oculto, no âmbito da sociologia do curriculum, designa aquilo que aprendemos na escola (mas igualmente em toda instituição de transmissão cultural) que não está previsto no curriculum prescrito, nos programas e objetivos explicitados.

[ii] Com a criação da Associação Brasileira de Educação, em 1924, vai tomando corpo um movimento renovador e crítico da educação e cultura da velha república, todavia com propostas bastante heteróclitas, desenvolvidas segundo a sensibilidade do governo de cada estado da federação pois a primeira reforma de cunho nacional da educação brasileira só acontecerá em 1930, com a reforma Francisco Campos.